

- SCHAEFER, Fred K. "O excepcionalismo na geografia: um estudo metodológico". In: *Boletim de Geografia Teórica*. Rio Claro, 7(13): 6-38, 1977.
- SILVA, Armando C. da. "As categorias como fundamento do conhecimento geográfico". In: SANTOS, M. & SOUZA, M.A. de. *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 8ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.
- TELLES, Vera da Silva. "Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt". In: *Tempo social - Revista de Sociologia*. USP, São Paulo, 2(1):23-48, I sem. 1990.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.
- WEFFORT, Francisco. "Notas sobre a crise do Estado-nação". In: *Pensamiento Iberoamericano. Revista de economía política*. Santiago: ICI/CEPAL, n° 19, jan-jul. 1992, pp. 165-180.

COMPETITIVIDADE: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA

Isani Diehl¹

RESUMO

Este artigo procura analisar o processo de passagem de uma concepção de competitividade dada, anteriormente, por Adam Smith (vantagem absoluta) e David Ricardo (vantagem comparativa), baseando-se ambos em "vantagens naturais de mercado", para uma outra, elaborada por Michael Porter ("a vantagem competitiva das nações"), enquanto uma "vantagem construída".

PALAVRAS CHAVE: Competitividade, comércio internacional, globalização

1. INTRODUÇÃO

Com a redução do tempo e do espaço trazida pelas novas tecnologias de informação e telecomunicações, a presença das empresas multinacionais e a crescente globalização dos mercados estão provocando mudanças complexas nos padrões de comércio e investimento internacional que exigem uma nova estrutura de análise.

A teoria tradicional de comércio internacional enfatiza a dotação de fatores de produção, trabalho, recursos naturais e capital de uma região, como determinantes das trocas internacionais. É a chamada *vantagem comparativa*

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Fundação Alto Taquari de Ensino Superior - FATES e Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

das nações, fundada na dotação de fatores, que explica o padrão de comércio internacional.

Entretanto, nas explicações da maior parte do comércio entre os países desenvolvidos e do comércio de bens industriais, a teoria tradicional foi sempre completada por outras hipóteses. A teoria tradicional das vantagens comparativas, nesse sentido, completava-se com outras hipóteses, tais como, economias de escala, economia de escopo, fatores do lado da demanda como diferenciação de produto, tecnologia e domínio de mercado, devido à competição imperfeita e à política governamental.

Com a globalização dos mercados e a crescente mobilidade de dotação como máquinas e equipamentos, pesquisa e desenvolvimento, além de capital humano, com serviços de administração, engenharia, marketing, finanças, espera-se outras explicações, que não as tradicionais, para o comércio internacional.

Dá-se lugar para o surgimento de uma nova teoria de comércio internacional, manifestando insatisfação em relação à teoria tradicional, desenvolvendo explicações dos padrões de comércio e da competitividade a partir do exame das interações estratégicas das empresas e do governo.

Será, pois, esta estruturação de um nova teoria, entendida esta enquanto delimitação de um novo paradigma para explicar o comércio internacional, que buscar-se-á retratar neste trabalho.

A partir dessa nova visão acerca do comércio internacional, em relação ao qual definia-se um tipo de vantagem que era tida como natural e com dotação fixa de fatores (conforme exposta pelo economista clássico David Ricardo), parte-se para a hipótese de uma *vantagem construída*, sugerida por Michael Porter, e que a denomina como *vantagem competitiva* das nações.

2. A NECESSIDADE DE UM NOVO PARADIGMA

A competitividade tornou-se uma das preocupações centrais do governo e da indústria de todos os países.

- Por que uma nação se torna base para competidores internacionais bem-sucedidos numa indústria?

- Por que as empresas sediadas num determinado país são capazes de criar e manter uma vantagem competitiva em comparação com os melhores

competidores do mundo num determinado campo?

- Como se explica que na Alemanha se produza e estão os principais fabricantes de máquinas impressoras, carros de luxo e produtos químicos?

- No caso da Suíça, como se explica que esta é sede dos líderes internacionais das indústrias farmacêuticas, do chocolate e também líder do comércio?

- Suécia, com as empresas de caminhões pesados e equipamento de mineração?

- Estados Unidos, computadores pessoais, software e cartões de crédito e cinema?

- Itália, são fortes as empresas em ladrilhos de cerâmica, azulejo, máquinas de embalar?

- Japão, é dominante em eletrônica de consumo, robótica?

O padrão de vida de um país depende, a longo prazo, de sua capacidade de atingir um alto nível de produtividade nas indústrias em que suas empresas competem. Isso se baseia na capacidade que essas empresas têm de obter uma qualidade acima da eficiência. A influência do país-sede na busca da vantagem competitiva em determinados campos é de importância central para o nível de crescimento de produtividade.

O paradigma há muito dominante para a razão do êxito internacional das nações, em determinadas indústrias, está mostrando sinais de cansaço. As teorias que explicam os padrões de importações e exportações de um país e que remontam à obra de Adam Smith e David Ricardo, no Séc. XVIII, já não mais são eficientes. Admite-se que se tornaram inadequadas.

Com a ascensão da empresa multinacional que não só exporta, mas também compete no exterior através de subsidiárias estrangeiras, enfraqueceram as explicações tradicionais do porquê e onde uma nação exporta. Embora novas explicações tenham sido sugeridas, nenhuma é suficiente para mostrar por que empresas com sede em determinadas nações podem competir com sucesso, tanto por meio da exportação como de investimento no exterior, em determinadas indústrias. Nem servem para explicar como as empresas de um país podem manter posições competitivas durante períodos consideráveis.



3. EXPLICAÇÕES CONFLITANTES

Não têm sido poucas as explicações das razões pelas quais algumas nações são competitivas e outras não.

Algumas pessoas vêem a competitividade como um fenômeno macroeconômico, impulsionado por variáveis como taxas de câmbio, taxas de juros, e déficits governamentais. Mas há nações que desfrutam de padrões de vida de ascensão rápida apesar de déficits orçamentários (Japão, Itália e Coréia), de moedas em valorização (Alemanha e Suíça) e de altas taxas de juros (Itália e Coréia).

Outras, argumentam que competitividade é função de mão-de-obra barata e abundante. Apesar disso, países como Alemanha, Suíça e Suécia prosperam apesar de salários altos e longos períodos de escassez de mão-de-obra. Já o Japão, sofreu com escassez de mão-de-obra e sua economia foi construída sobre trabalho barato e abundante.

Outra opinião acerca do dispêndio em competitividade é que trata a respeito dos recursos naturais abundantes. Entretanto, recentemente, os países mais bem sucedidos industrialmente, entre eles, Alemanha, Japão, Suíça, Itália e Coréia, foram países com limitados recursos naturais, que importam a maioria das matérias-primas.

Até recentemente, opinava-se que a competitividade é muito influenciada pelas políticas governamentais. Este ponto de vista identifica a fixação de metas, a proteção, a promoção de exportações e os subsídios como as chaves do sucesso internacional. Entretanto, esse papel decisivo das políticas governamentais na competitividade não é confirmado por um exame mais amplo de experiência.

Há também outra explicação para competitividade nacional, que se refere às diferenças de práticas administrativas, inclusive às relações entre capital e trabalho. O problema dessa abordagem é que diferentes indústrias exigem diferentes abordagens administrativas. O que é considerado boa prática administrativa numa indústria pode ser desastroso em outra. Também não é possível generalizar sobre as relações entre capital e trabalho. Como exemplo tem-se os sindicatos poderosos na Alemanha e na Suíça, que, nem por isso, enfraquecem a vantagem competitiva, como afirmam alguns autores. Esses dois países prosperaram e abrigam algumas das empresas e indústrias mais destacadas internacionalmente.

Para PORTER, nenhuma dessas explicações da competitividade nacional é totalmente satisfatória. Cada uma delas encerra um pouco de verdade, mas não resistirá a um exame detalhado. Um conjunto de forças mais amplo e complexo parece atuar.

Dentre as várias perguntas, PORTER, coloca a questão do que é uma nação competitiva. Ou, será competitiva a Nação na qual todas as empresas ou indústrias são competitivas?

4. FAZER A PERGUNTA CERTA

PORTER apresenta como a principal meta econômica de um país a de produzir um padrão de vida elevado e ascendente para os seus cidadãos. "A capacidade de conseguir isso depende não da idéia amorfa de 'competitividade', mas da produtividade com a qual os recursos nacionais (trabalho e capital) são empregados. A produtividade é o valor do que é produzido por uma unidade de trabalho ou de capital. Ele depende tanto da qualidade como das características dos produtos (que determinam os preços que podem obter) e da eficiência com que são produzidos" (PORTER,1993,p.06)

A produtividade é a principal determinante, a longo prazo, do padrão de vida de um país, pois é a causa principal da renda nacional per capita.

Segundo PORTER, o único conceito significativo de competitividade é a produtividade nacional. A elevação do padrão de vida de um país depende da capacidade das empresas de atingir altos níveis de produtividade e aumentá-la com o tempo. As empresas do país devem elevar a produtividade das indústrias existentes, melhorando a qualidade do produto, apurando tecnologias ao produto ou intensificando a eficiência da produção.

O comércio internacional e o investimento estrangeiro, proporcionam tanto a oportunidade de elevar o nível da produtividade nacional como aumentam a sua manutenção.

Tentar explicar a competitividade a nível nacional para PORTER, é responder à pergunta errada. O que se deve entender, são os determinantes da produtividade e o ritmo do crescimento dessa produtividade.

Para tanto, PORTER atêm-se a que não se deve focalizar a economia como um todo, mas indústrias específicas e segmentos da indústria.

5. VANTAGEM COMPETITIVA DAS INDÚSTRIAS

PORTER preocupou-se em tentar explicar porque empresas baseadas num país são capazes de competir com êxito contra rivais estrangeiras em determinados segmentos da indústria.

A competição internacional pode envolver exportações e/ou localizações de algumas das atividades da empresa no exterior. É necessário informar-se sobre os determinantes do sucesso internacional em indústrias sofisticadas, ou segmentos desta indústria, influenciando altamente com níveis de produtividade e de seu crescimento constante.

Para ter-se sucesso competitivo, segundo PORTER, as firmas do país precisam ter uma vantagem competitiva na forma, seja de menores custos ou de produtos diferenciados que obtêm preços elevados. E para manter esta vantagem competitiva, as empresas precisam oferecer com o tempo produtos e serviços de melhor qualidade ou continuar produzindo com mais eficiência.

A vantagem internacional está, com frequência, segundo PORTER, concentrada em indústrias muito limitadas e até mesmo em segmentos da indústria específicos. Como exemplo, tem-se as exportações alemãs de automóveis dirigidas a carros de elevado desempenho, enquanto que as exportações coreanas são de carros compactos e subcompactos.

É a partir disso, que PORTER ressalta a necessidade do estudo das indústrias e segmentos da indústria para verificar o desempenho da competitividade voltado para o desempenho da produtividade e o ritmo de crescimento dessa produtividade.

6. EXPLICAÇÕES CLÁSSICAS PARA O SUCESSO DA INDÚSTRIA

A explicação clássica para o sucesso internacional em indústrias na forma de comércio internacional é dada pela teoria da vantagem comparativa.

Adam Smith é o criador da idéia da vantagem absoluta, na qual uma nação exporta um produto se o produz a mais baixo custo do mundo. Mas foi com David Ricardo que essa idéia chegou à vantagem comparativa, onde as forças de mercado encaminharão os recursos de um país para as indústrias onde esse país é relativamente mais produtivo.

Para Ricardo, o comércio baseava-se nas diferenças de produtividade do trabalho entre as nações. Ele atribui a competitividade a diferenças inexplicadas no ambiente ou "clima" das nações, que favoreciam certas indústrias.

A teoria da vantagem comparativa baseia-se na idéia de que as nações têm, todas, tecnologia equivalente, mas diferem na disponibilidade dos chamados fatores de produção, como terra, mão-de-obra, recursos naturais e capital. Os fatores nada mais são do que insumos básicos à produção. Os países ganham vantagem comparativa de fatores em indústrias que fazem uso intensivo dos fatores de que dispõem em abundância. Exportam esses produtos e importam aqueles para os quais têm uma vantagem comparativa de fatores. Para exemplificar, os países com mão-de-obra abundante e barata, como a Coreia, exportarão produtos que consomem muito trabalho, como roupas e montagem eletrônica. E as nações com grande disponibilidade de matérias-primas ou terra cultivável exportarão produtos que dependem delas.

Essa opinião, segundo PORTER, condicionou grande parte das políticas governamentais para com a competitividade porque se admitiu que os governos podem modificar a vantagem de fatores, em geral, ou em setores específicos, por meio de várias formas de intervenção.

7. NECESSIDADE DE UM NOVO PARADIGMA

A teoria da vantagem comparativa baseada em fatores de produção já não é suficiente para explicar os padrões de comércio.

Grande parte do comércio mundial ocorre entre nações industriais avançadas com a dotação de fatores semelhantes. A teoria padrão supõe que há economias de escala, que as tecnologias são idênticas em toda a parte, que os produtos não são diferenciados e que o conjunto dos fatores nacionais é fixo. A teoria também supõe que fatores como mão-de-obra especializada e capital não se movimentam entre nações.

Entretanto, segundo PORTER, todas essas suposições têm pouca relação, na maioria das indústrias, com a competição real. Também é frustrante essa teoria para as empresas, pois têm pouca semelhança com a competição real.

8. MUDANÇA NA COMPETIÇÃO

Os pressupostos da vantagem comparativa foram mais persuasivos nos séculos XVIII e XIX, quando muitas indústrias estavam fragmentadas, a produção usava mais mão-de-obra e menos especialização e grande parte do comércio refletia as diferenças de crescimento, recursos naturais e capital.

Os custos de fatores continuam importantes em indústrias dependentes de recursos naturais, nas indústrias onde a mão-de-obra não especializada ou semi-especializada é a parte predominante do custo total e naquelas em que a tecnologia é simples e fácil de ser encontrada.

Em muitas indústrias, porém, a vantagem comparativa dos fatores tem sido uma explicação incompleta do comércio, principalmente em indústrias que envolvem tecnologia sofisticada e empregados altamente especializados.

Por ironia, exatamente quando a teoria da vantagem comparativa estava sendo formulada, a Revolução Industrial tornava obsoletas algumas de suas premissas. Quando um número cada vez maior de indústrias passou a usar intensamente o conhecimento, pós II Guerra Mundial, o papel dos custos de fatores enfraqueceu ainda mais.

Tecnologias de ampla aplicação, como a microeletrônica, materiais avançados e sistemas de informação tornaram obsoletas as distinções tradicionais entre indústrias de alta e baixa tecnologia. O nível de tecnologia empregado numa indústria difere acentuadamente entre as empresas em diferentes países.

A tecnologia deu às empresas a capacidade de compensar os fatores escassos, por meio de novos produtos e processos. Neutralizou ou reduziu a importância de certos fatores de produção que antes eram preponderantes.

A maior parte do comércio mundial ocorre entre nações adiantadas, com dotação de fatores muito semelhantes. Muitas nações têm a infraestrutura básica, como telecomunicações, sistemas rodoviários e portos, necessária à competição na maioria das indústrias de manufatura.

As empresas competem com estratégias realmente globais, envolvendo vendas mundiais, buscando componentes e materiais por todo o mundo e localizando suas atividades em muitas nações para aproveitar fatores de baixo custo.

A globalização das indústrias libera a empresa de recursos de fatores de uma única nação. Matérias-primas, componentes, maquinaria e muitos serviços são oferecidos globalmente em condições comparáveis. O capital flui

internacionalmente para as nações de bom crédito, que não ficam limitadas aos fundos existentes localmente. Quando vantagens específicas de fatores são de difícil acesso via mercados, as empresas multinacionais podem localizar ali as suas subsidiárias.

9. OS FIOS DE UMA NOVA EXPLICAÇÃO

Embora saiba-se que seja insuficiente a explicação do comércio feito pela vantagem de fatores, há várias tendências que desejam substituí-la.

Entre elas, a teoria ricardiana, segundo a qual o comércio baseia-se nas diferenças de produtividade do trabalho entre as nações na produção de determinadas mercadorias, repousa sobre as diferenças de tecnologia, em sentido amplo.

Outra linha sugere um papel para o mercado interno do país na explicação do sucesso comercial. É a teoria do "ciclo do produto", de Raymond Vernon. A idéia do ciclo de produtos representa o início de uma teoria realmente dinâmica e sugere como o mercado interno pode influenciar a inovação.

Há também uma linha de pesquisa que procurou explicar o aparecimento da empresa multinacional ou companhia com operações em mais de um país para o sucesso comercial. A condição da multinacional é um reflexo da capacidade de uma companhia explorar pontos fortes ganhos em uma nação a fim de ganhar posição em outras nações.

Entretanto, surgem várias perguntas que continuam sem explicação. Por que e como as multinacionais de um determinado país desenvolvem conhecimento e *know-how* em determinadas indústrias? Por que algumas multinacionais de alguns países mantêm e desenvolvem estas vantagens e outros não?

10. PARA UMA NOVA TEORIA DA VANTAGEM COMPETITIVA NACIONAL

Por que empresas baseadas em determinadas nações alcançam sucesso internacional em segmentos e indústrias distintos?

A globalização das indústrias e a internacionalização de empresas deixam um paradoxo. Quando firmas de diferentes países formam alianças, essas empresas, baseadas em nações que mantêm uma vantagem realmente competitiva, acabam surgindo como líderes inequívocas.

A vantagem competitiva é mantida e criada através de um processo altamente localizado. Diferenças nas estruturas econômicas, valores, culturas, instituições e histórias nacionais contribuem profundamente para o sucesso competitivo.

Qualquer nova teoria da vantagem nacional nas indústrias tem de partir de premissas que se afastam de grande parte dos trabalhos anteriores.

Uma nova teoria deve ir além da vantagem comparativa, chegando à vantagem competitiva de uma nação. Uma nova teoria, segundo PORTER, tem de refletir uma concepção rica de competição, que inclui mercados segmentados, produtos diferenciados, diferenças de tecnologia e economias de escala. Qualidade, características e inovação de produtos são fundamentais nas indústrias e segmentos adiantados.

Uma nova teoria, conforme PORTER, deve partir da premissa de que a competição é dinâmica e evolui. A mudança tecnológica era tratada como se fosse exógena ou estivesse fora de âmbito da teoria.

PORTER propõe que se deve explicar o papel da nação no processo de inovação. Como essa exige investimentos continuados em pesquisa, capital físico e recursos humanos, deve-se também explicar por que o ritmo desses investimentos é mais rigoroso em alguns países e em outros não.

Na competição real, o caráter essencial é inovação e mudança. Em lugar de limitar-se a transferir passivamente os recursos para os pontos onde os rendimentos são maiores, a questão real é como as empresas aumentam os rendimentos possíveis através de novos produtos e processos. E também, como empresas e países melhoram a qualidade dos fatores, aumentam a produtividade com que são utilizados e criam outros novos. Além de estudar o comportamento das empresas e seu desempenho na criação da vantagem competitiva.

As empresas, segundo PORTER, não terão êxito se não basearem suas estratégias na melhoria e na inovação, numa disposição de competir e no conhecimento realista de seu ambiente nacional e de como melhorá-lo.

Já os governos nacionais devem fixar a meta adequada, produtividade, que sustenta a prosperidade econômica.

Segundo PORTER, a prosperidade econômica nacional não precisa ocorrer às expensas de outras nações, muitos países podem desfrutá-la num mundo de inovação e competição aberta.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há esperança, mais do que qualquer outra coisa, em começar a reformular a perspectiva com que empresas e governos vêem os verdadeiros sustentáculos do sucesso competitivo.

Segundo PORTER, "muito daquilo que orienta a estratégia empresarial e a política governamental, hoje, é baseada em *premissas falhas*, que devem ser revistas." (PORTER, 1993, p.821) (grifo meu)

Empresas e economias florescem devido às pressões, desafios e novas oportunidades, não em consequência de um ambiente tranqüilo ou "ajuda" de fora que elimina a necessidade de melhorar.

Segundo PORTER, o progresso vem da mudança, não da preocupação com a estabilidade que a obstrui.

BIBLIOGRAFIA

- PORTER, Michael E. *A Vantagem Competitiva das Nações*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1993.
- NAKANO, Yoshiaki. "Globalização, competitividade e novas regras do comércio mundial". *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 14, n. 4 (56), out-dez/94.
- SANTOS, Theotônio dos. "Globalização e regionalização na economia mundial". *Ensaio FEE*. Porto Alegre, (s.d.).
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (coleção "Os Economistas").